

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

CENTRO SOCIAL DA TABERNA SECA

ÍNDICE

Dados da Empresa	3
Introdução	4
1 – CONDIÇÕES DE MERCADO.....	4
2 – ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA	9
3 – INVESTIMENTOS NO PERÍODO	13
4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	14
5 – DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL.....	14
6 – QUOTAS PRÓPRIAS.....	14
7 – OUTRAS INFORMAÇÕES.....	14
8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
9 – ENCERRAMENTO.....	15

Dados da Empresa

Designação Social	CENTRO SOCIAL DA TABERNA SECA
Tipo de Sociedade	Associação
Sede Social	Largo João Rodrigues Martins Castelo Branco 6000-457 Castelo Branco
Fundo Patrimonial	24.811,65 €
Contribuinte N°	502199121
Atividade Principal (CAE)	87301 - Atividades De Apoio Social Em Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas
Objeto Social	Atividades de Apoio Social a Pessoas Idosas

L. R. Rodrigues
João Rodrigues

Introdução

Exmos. Senhores,

O CENTRO SOCIAL DA TABERNA SECA, no cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral de Sócios, o Relatório de Gestão e Proposta de Aplicação de Resultados, as Contas do Período e demais documentos de prestação de contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

É nossa convicção que os documentos expõem fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição do CENTRO SOCIAL DA TABERNA SECA.

1 – CONDIÇÕES DE MERCADO

Segundo o Banco de Portugal, em 2024, o crescimento da economia portuguesa ter-se-á situado em 1,7% em 2024 e deverá aumentar para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo. A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No período 2024–27, o diferencial de crescimento face à área do euro situa-se, em média, em 0,8 pp.

A inflação ter-se-á reduzido de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e deverá reduzir-se novamente para 2,1% em 2025, estabilizando em 2% em 2026-27. Esta evolução reflete a moderação gradual dos custos salariais e a manutenção de pressões inflacionistas externas contidas. O diferencial de inflação face à área do euro é aproximadamente nulo no horizonte de projeção.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente de 2024 terá atingido 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025. A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados

no OE2025. Nos anos seguintes, a manutenção da situação orçamental deficitária é explicada pelos efeitos das medidas permanentes já adotadas, que impactam tanto a despesa pública como a receita fiscal, pelos empréstimos do PRR previstos para 2026 e, a partir de 2027, pelo aumento de despesa nacional necessária para assegurar a continuidade dos projetos financiados pelo PRR. Ao longo do horizonte, a orientação da política orçamental é expansionista e pró-cíclica, refletindo-se numa deterioração acumulada do saldo primário estrutural superior a 2 pp do PIB nos anos de 2024 a 2027, num contexto em que o PIB permanece acima do seu potencial. Na ausência de novas medidas de contenção da despesa ou de aumento da receita, o cumprimento das novas regras orçamentais europeias poderá estar comprometido. A dívida pública em percentagem do PIB continua a diminuir, passando de 97,9% em 2023 para 81,3% em 2027. Contudo, esta diminuição abranda ao longo do período projetado, refletindo a deterioração das condições orçamentais e o menor contributo do crescimento económico nominal. Face às estimativas incluídas no OE2025 e no plano orçamental de médio prazo, projeta-se uma redução mais acentuada do rácio da dívida, essencialmente devido à hipótese de ajustamentos défice-dívida nulos.

As projeções trimestrais apontam para uma aceleração da atividade no final de 2024 e para um aumento temporário da inflação no quarto trimestre. O PIB deverá acelerar para um crescimento em cadeia de 0,7% no final do ano, após um crescimento de 0,2% no segundo e terceiro trimestres de 2024. No terceiro trimestre, a procura interna acelerou, enquanto as exportações se reduziram, refletindo um abrandamento dos bens e uma redução do turismo no verão. A aceleração projetada para o quarto trimestre deve-se ao maior dinamismo do consumo privado e à recuperação esperada das exportações, refletindo o aumento do rendimento disponível e o comportamento da procura externa. A inflação reduziu-se para 2,3% no terceiro trimestre, após um incremento no segundo trimestre, e situou-se em 2,7% em novembro. A recente volatilidade da inflação resultou principalmente de efeitos pontuais sobre os preços dos serviços de alojamento. No quarto trimestre, a inflação deverá situar-se em 2,7%, em parte refletindo efeitos de base nos preços dos bens energéticos, e manter-se em valores em torno de 2% ao longo de 2025.

O rendimento per capita cresce a um ritmo mais moderado do que o do PIB, refletindo o aumento da população. Este aumento da população resulta de saldos migratórios positivos e significativos que mais que compensam o saldo natural negativo. Os imigrantes têm tido um efeito positivo sobre a economia, em particular mitigando a escassez de mão-de-obra nalguns sectores. Entre 2019 e 2023, enquanto o PIB aumentou 6,3%, o PIB per capita cresceu 3,7%, tendência que se mantém no horizonte de projeção. Em 2027, o PIB deverá situar-se 15% acima do valor de 2019 e o PIB per capita 9%.

A composição do crescimento económico altera-se no horizonte de projeção, refletindo uma elevada volatilidade do investimento. Em 2024, o crescimento económico sustentou-se sobretudo no consumo, com um contributo (líquido de conteúdo importado) de 1 pp em 1,7%. O contributo do investimento deverá ser nulo em 2024, torna-se positivo em 2025-26 e volta a ser nulo em 2027, refletindo neste ano a queda da componente pública. O contributo das exportações de bens e serviços diminui em 2024 — após os valores elevados de 2023, ainda influenciados pela retoma pós-pandemia dos serviços — mas recupera gradualmente no horizonte, em linha com o comportamento esperado da procura externa.

Em 2024, o rendimento disponível real regista um aumento historicamente elevado, que se traduz numa aceleração do consumo privado e numa subida marcada da poupança. O rendimento disponível real aumenta 7,1% (2,7% em 2023) o que compara com um crescimento de 3% do consumo privado (2% em 2023). A aceleração do rendimento disponível é explicada pelo maior contributo das transferências recebidas pelas famílias (nomeadamente pensões) e dos rendimentos de empresas e propriedade (englobando a remuneração do trabalho independente, receitas líquidas de juros, dividendos, rendas, entre outros), bem como pelo contributo da redução dos impostos. As medidas sobre o IRS beneficiam proporcionalmente mais as famílias de maior rendimento. A evidência sugere que as famílias de maior rendimento e nos escalões etários mais elevados apresentam maiores taxas de poupança. Para 2025–27 projeta-se um crescimento do consumo privado mais em linha com o do rendimento disponível real, que desacelera refletindo um menor crescimento dos salários e do emprego e a dissipação dos efeitos das medidas orçamentais. A taxa de poupança estabiliza em valores ligeiramente acima de 11%.

A subida da poupança em 2024 refletirá o impacto das taxas de juro elevadas, motivos de precaução e a reposição do valor real do património financeiro, para além do efeito da composição do aumento do rendimento favorável à poupança. As taxas de juro mais elevadas (face às observadas na década anterior ao surto inflacionista) estarão a induzir as famílias a adiar o consumo, a reduzir empréstimos e a poupar mais. As famílias poderão também estar a constituir poupança para fazer face a futuros choques sobre o rendimento real. A maior precaução dos consumidores é sugerida pela evolução da confiança que, apesar de ter melhorado, permanece em valores baixos face ao dinamismo do rendimento disponível real. Finalmente, o surto inflacionista implicou uma redução do poder de compra dos ativos financeiros líquidos detidos pelas famílias, em particular das mais ricas, o que poderá ter também estimulado a poupança no período recente para aumentar o valor real desse património. A importância relativa destes fatores é difícil de aferir e o seu impacto poderá atenuar-se no restante horizonte de projeção, implicando riscos ascendentes para a projeção do consumo privado nesses anos.

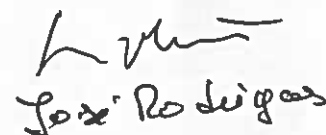
L. Mota
João Rodrigues

O investimento deverá recuperar dinamismo em 2025-26 com a melhoria das condições financeiras e das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus. Em 2024, o crescimento de 0,5% da FBCF decorre sobretudo da componente pública, com o investimento empresarial e das famílias em habitação a continuarem a ser penalizados pela restritividade das condições financeiras e pela baixa confiança. A situação melhora em 2025-27 refletindo a redução adicional das taxas de juro. O investimento público acelera em 2025-26 com a maior execução esperada dos fundos europeus e reduz-se em 2027 com o fim do PRR.

As exportações deverão crescer 3,9% em 2024 e 3,2%, em média, em 2025-27, num contexto de aceleração da procura externa, menor dinamismo do turismo e ganhos de quota progressivamente menores. As exportações de bens recuperaram em 2024, de forma mais marcada do que noutros países da área do euro, onde o setor exportador tem sido afetado por problemas de competitividade. No primeiro semestre de 2024, os exportadores portugueses de bens continuaram a ganhar quota em termos nominais nos mercados da UE, com contributos positivos da maioria dos grupos de produtos. As exportações de bens deverão crescer 3,8% em 2024 (após uma contração de 1,5% em 2023) e 3,3%, em média, em 2025-27. A desaceleração das exportações de turismo reflete a normalização dos padrões de consumo global após a forte recuperação pós-pandemia da procura destes serviços. Esta componente deverá crescer ainda a um ritmo superior ao total das exportações em 2024 (5,5%) e relativamente próximo nos anos seguintes (3,4%, em média). As restantes exportações de serviços deverão crescer, em média, 3% em 2024-27, o que representa uma desaceleração face aos crescimentos elevados registados no período pós-pandemia. O aumento da fragmentação da economia mundial comporta riscos descendentes para a projeção das exportações.

As importações crescem no horizonte de projeção a um ritmo superior ao de 2023, em resultado do aumento do conteúdo importado da procura global, associado ao maior dinamismo das exportações de bens e da FBCF.

O excedente externo aumenta de 1,9% do PIB em 2023 para 3,8% em média em 2024-26 e reduz-se para 3,3% em 2027, condicionado pelo perfil das transferências com a UE. As transferências líquidas da UE aumentam para 1,7% do PIB em 2024 e 2,7% em 2025 e 2026, diminuindo para 1,4% do PIB em 2027 com o fim do PRR. O saldo da balança de bens e serviços deverá situar-se em 2,2% do PIB em média no horizonte de projeção, refletindo um défice de 9% do PIB nos bens e um excedente de 11,2% nos serviços. A elevada capacidade de financiamento da economia face ao exterior em 2024-27 reflete o saldo entre poupança e investimento do setor privado, em particular das famílias, tendo o saldo das administrações públicas um contributo, em média, ligeiramente negativo.


José Rodrigues

O emprego deverá continuar a crescer, mas com um perfil de desaceleração. No período pós-pandemia, o crescimento do emprego resultou, em larga medida, da contratação de mão-de-obra estrangeira, que permitiu sustentar o dinamismo da atividade económica. Estes trabalhadores têm compensado o impacto do envelhecimento da população de nacionalidade portuguesa, visível numa menor entrada de jovens no mercado de trabalho. Ao longo do horizonte de projeção, o emprego deverá aumentar 1,3% em 2024 e desacelerar progressivamente para 0,4% em 2027. Esta desaceleração acompanha a evolução mais contida da população em idade ativa — com saldos migratórios positivos, mas inferiores aos máximos registados no passado recente, e a manutenção de um saldo natural negativo — e aumentos marginais da taxa de atividade. A taxa de desemprego deverá manter-se historicamente baixa.

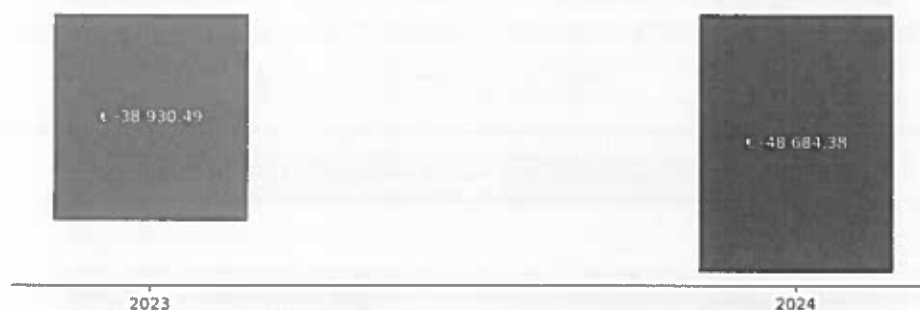
O salário por trabalhador desacelera no período de projeção, acompanhando a diminuição das expectativas de inflação. Após um aumento de 7,6% em 2024, o crescimento dos salários nominais deverá situar-se em 4,6% em 2025 e desacelerar para 3,7% em 2027, refletindo também os menores aumentos do salário mínimo. No setor público, espera-se um dinamismo superior dos salários, refletindo o impacto da revisão nas carreiras de alguns setores e as novas regras de avaliação de desempenho e progressão na carreira anunciadas em 2024. Os salários reais aumentam 4,6% em 2024 (após 3,5% em 2023), projetando-se um crescimento ligeiramente superior ao da produtividade em 2025-27. A produtividade por trabalhador deverá crescer, em média, 1,4% em 2025-27, uma taxa superior à média registada em 2000-19 (0,8%). O maior crescimento da produtividade reflete as transformações estruturais que têm ocorrido na economia portuguesa, como a melhoria das qualificações da população, o aumento do stock de capital e os ganhos de emprego em setores de maior intensidade tecnológica e em conhecimento.

A inflação deverá continuar a reduzir-se e fixar-se em valores próximos de 2% em 2025-27, mantendo-se as pressões sobre os preços dos serviços superiores às dos bens. A redução da inflação em 2024 resulta sobretudo de menores pressões externas sobre a componente de bens, refletida na redução do deflator das importações. Os preços no consumidor dos bens desaceleram para 1,1% (4,1% em 2023), com a componente excluindo bens alimentares e energéticos a registar uma ligeira diminuição (-0,6%). Os preços dos serviços também crescem a um ritmo menor do que no ano anterior, mas ainda assim significativo (4,4%), refletindo a sua maior dependência das condições do mercado interno, em particular da evolução dos custos do trabalho. O crescimento do IHPC de serviços deverá continuar a reduzir-se nos próximos anos, aproximando-se da sua média histórica, num contexto de normalização das pressões salariais. Em contraste, o IHPC dos bens deverá acelerar, convergindo para a taxa de variação média do período 2000-19.

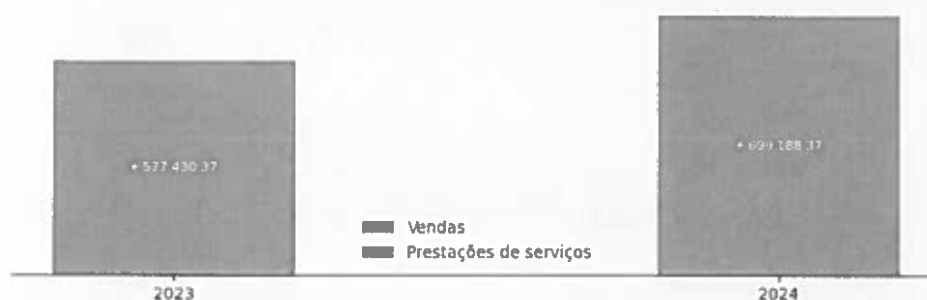
L. mt
Joni Rodrigues

2 – ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Resultado do período



Vendas e Prestações de Serviços



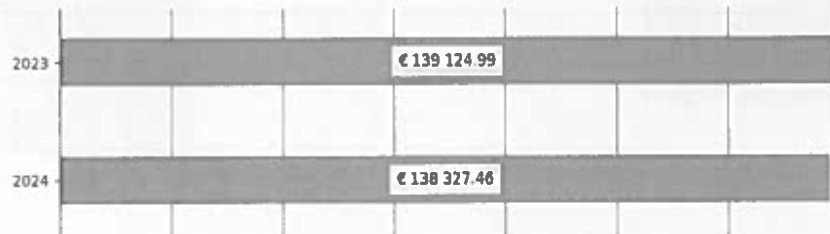
RUBRICA	2022	2023	2024
Vendas	- €	- €	- €
Prestação de Serviços	- €	577.430,37 €	699.188,37 €

João Rodrigues

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Ao analisar os valores de 2023 para 2024, observa-se uma diminuição de 0.6 %.

FSE's nos últimos 3 anos

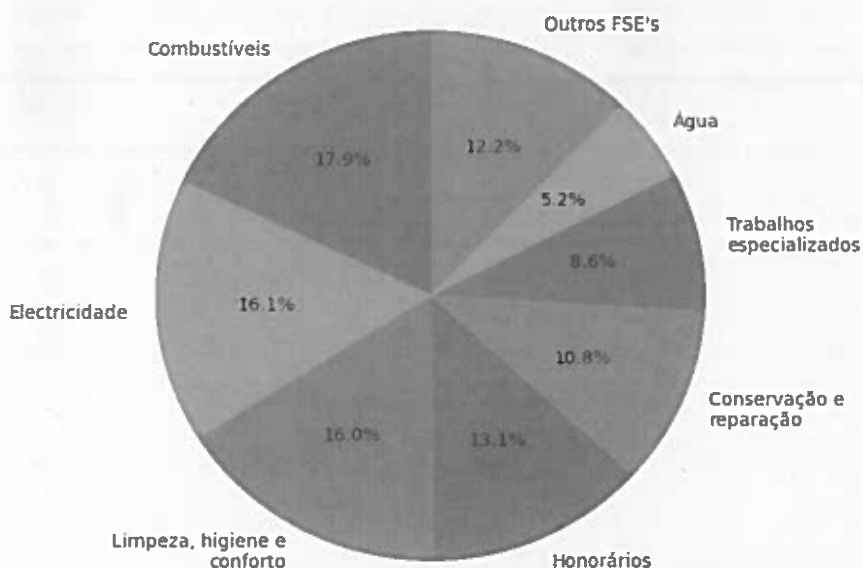


As sub-rubricas mais importantes são:

RUBRICA	2022	2023	2024
Combustíveis	0	24.268	24.750
Eletricidade	0	19.447	22.298
Limpeza, higiene e conforto	0	27.130	22.199
Honorários	0	25.815	18.103
Conservação e reparação	0	10.935	14.998
Trabalhos especializados	0	6.771	11.867
Água	0	7.061	7.207
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	8.137	7.177
Material de escritório	0	2.575	3.831
Seguros	0	1.121	1.449

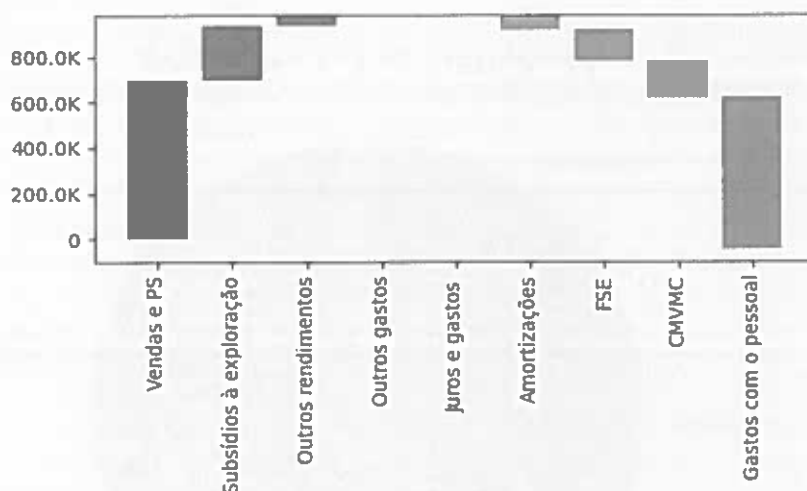
L. M. A.
Jonh Rodrigues

Principais FSE's em 2024



O resultado líquido do período apresentou uma diminuição de 8.754 € em 2024 em comparação com 2023. As vendas e serviços prestados evoluíram positivamente, passando de 577.430 € em 2023 para 699.188 € em 2024. Os gastos com o pessoal seguiram a mesma tendência de crescimento, subindo de 565.076 € em 2023 para 669.370 € em 2024. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas aumentou de 130.004 € em 2023 para 159.107 € em 2024. Os outros rendimentos da empresa passaram de 44.799 € em 2023 para 51.907 € em 2024. Os gastos/reversões de depreciação e de amortização também registaram um crescimento, de 60.073 € em 2023 para 64.798 € em 2024. Por fim, os outros gastos diminuíram de 3.229 € em 2023 para 563 € em 2024.

João Ant
João Rodrigues



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, comparativamente com o ano anterior:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICA	2024	2023	Variação
Ativo corrente	278.285,51	189.576,61	88.708,90
Passivo corrente	311.152,68	180.143,92	131.008,76
Ativo não corrente	555.158,39	600.834,14	(45.675,75)
Fundos Patrimoniais (antes de RL)	570.975,60	649.197,32	(78.221,72)
Resultado líquido do período	(48.684,38)	(38.930,49)	(9.753,89)

Em relação aos dados financeiros da empresa referentes ao ano de 2024, observa-se um aumento do Ativo em comparação a 2023, passando de 790.411€ para 833.444€. O Passivo também apresentou um aumento significativo, saindo de 180.144€ em 2023 para 311.153€ em 2024. No entanto, os Fundos Patrimoniais registaram uma diminuição, passando de 649.197€ em 2023 para 570.976€ em 2024. Além disso, é possível notar que o valor dos Financiamentos Obtidos no Passivo Corrente também teve um aumento considerável, passando de 1.000€ em 2023 para 100.000€ em 2024. Enquanto isso, o montante de Caixa e Depósitos Bancários no Ativo Corrente aumentou de 159.450€ em 2023 para 237.645€ em 2024. No que diz respeito aos

João Rodrigues
L. M. A.

Ativos Fixos Tangíveis no Ativo Não Corrente, houve uma redução de 592.363€ em 2023 para 546.687€ em 2024. Por fim, podemos observar que houve uma diminuição nos Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio, que passaram de 407.948€ em 2023 para 368.656€ em 2024. Já as outras contas a pagar no Passivo Corrente aumentaram de 94.932€ em 2023 para 111.486€ em 2024, assim como os Adiantamentos de Clientes, que subiram de 38.829€ em 2023 para 47.930€ em 2024. Estes dados indicam uma evolução nos números financeiros da empresa de um ano para o outro.

Abaixo destacamos alguns indicadores os quais refletem as situações descritas anteriormente.

	% 2024	% 2023
Autonomia Financeira	62.7	77.2
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-9.3	-6.4
Liquidez Geral	89.4	105.2
Solvabilidade	167.9	432.2
Margem Bruta das Vendas	77.2	77.5
Rendibilidade Líquida das Vendas	-7.0	-6.7

3 – INVESTIMENTOS NO PERÍODO

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2024	2023
Terrenos	-	
Edifícios e Outras Construções	-	
Equipamento Básico	1.121,76	
Equipamento de Transporte	10.866,00	
Equipamento Administrativo	-	
Outros ativos fixos tangíveis	-	
Ativos em curso	-	
Total	11.987,76	

Joni Rodrigues
J. R.

4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não se registaram, após o termo do período, acontecimentos relevantes a salientar, passíveis de alteração do balanço e das contas apresentadas.

5 – DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

6 – QUOTAS PRÓPRIAS

Dando cumprimento ao artigo 324º do CSC, saliente-se que durante o ano de 2024, não se registaram movimentos relacionados com quotas próprias.

A 31 de dezembro de 2024, a sociedade não detém quotas próprias.

7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

O CENTRO SOCIAL DA TABERNA SECA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus gerentes. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Período ascendeu a (48.684,38) euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: (48.684,38) euros

9 – ENCERRAMENTO

Aos nossos clientes, fornecedores, sócios, colaboradores e outras entidades, uma palavra de reconhecimento pela confiança que em nós têm depositado e que faremos para continuar a merecer.

Castelo Branco, 31 de março de 2025

A Direção,

Jose Rodrigues
